ILUSTRE PREGOEIRA RESPONSÁVEL PELO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2025 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MOEDA/MG

NEW NUTRI COMÉRCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com endereço na Rua Presidente Getúlio Vargas, 332, Barra, Muriaé/MG, CEP: 36884-004, inscrita no CNPJ sob o nº 48.683.237/0001-40, neste ato representada por seus representantes legais, vem à presença de Vossa Senhoria apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO** contra a decisão de classificação das propostas referentes ao item 01 do certame, conforme razões recursais a seguir.

RAZÕES RECURSAIS

Inobservância ao Descritivo do Edital

O presente recurso tem por objetivo impugnar a decisão que classificou como vencedora a proposta referente ao Item 01, tendo em vista que o produto adjudicado não atende às especificações exigidas no edital. O instrumento convocatório estabelece que os produtos ofertados devem conter proteína animal e vegetal, requisito essencial para o correto atendimento das necessidades nutricionais dos pacientes.

Nossa empresa apresentou o produto Isosource 1.5 1 litro TS – Nestlé, que cumpre rigorosamente as exigências do edital, sendo um produto formulado com proteína de origem animal e vegetal, garantindo maior valor biológico e melhor absorção nutricional. No entanto, foi declarado vencedor o produto Intake Basic 1.5 1 litro – Enterall, que contém 100% de proteína da soja, não atendendo à exigência de proteína animal estabelecida no edital.

Impacto na Administração Pública

A aceitação do produto Intake Basic 1.5 1 litro – Enterall, que não contém proteína animal, compromete a qualidade nutricional da dieta fornecida aos pacientes. A inclusão de proteínas de origem animal e vegetal na formulação é fundamental, pois as proteínas animais possuem maior valor biológico, proporcionando uma melhor absorção e síntese proteica no organismo.

Além do impacto nutricional, a escolha inadequada de um produto pode gerar a necessidade de complementação da dieta, o que pode resultar em custos adicionais para a Administração Pública e na necessidade de maior consumo do produto para alcançar o aporte proteico adequado.

Fundamentação Legal

O presente recurso fundamenta-se nos seguintes dispositivos legais:

- **Artigo 18 da Lei nº 14.133/2021**, que determina a obrigatoriedade de vinculação ao instrumento convocatório.
- **Artigo 3º do Decreto nº 10.024/2019**, que exige a observância do princípio da competitividade e da isonomia.
- **Artigo 37 da Constituição Federal**, que impõe a necessidade de eficiência, economicidade e transparência na gestão pública.

Ao permitir a adjudicação de um produto que **não atende integralmente às especificações do edital**, a Administração fere os princípios da legalidade, da economicidade e da eficiência, colocando em risco a adequada execução do objeto licitado.

PEDIDO

Diante do exposto, requer-se:

1. **A desclassificação da proposta vencedora do Item 01**, por não atender à exigência do edital de conter proteína de origem animal e vegetal.
2. **A reanálise das propostas remanescentes**, com a adjudicação do item à recorrente, que apresentou um produto que atende integralmente às especificações exigidas.
3. **A anulação da decisão que aceitou um produto composto exclusivamente por proteína da soja**, evitando prejuízos técnicos e financeiros ao município e garantindo a adequada prestação de serviços à população.

Nestes termos, pede deferimento.

Muriaé/MG, 20 de março de 2025

NEW NUTRI COMÉRCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA.